

A construção da cidadania científica como premissa de transformação sociocultural na contemporaneidade¹

A. Efendy Maldonado²

1. As restrições e as rupturas teóricas e históricas da noção de cidadania

A noção de cidadania hoje, no início da segunda década do século XXI, ampliou-se de maneira instigante e produtiva. É assim que o conceito na sua configuração moderna, liberal/burguesa, considerado sobre os aspectos jurídicos/políticos como o “*direito a ter direitos*” mostra-se insuficiente, limitado, e redutor da complexidade contemporânea; conforme mostram as pesquisas de Ianni (2000), Cortina (2005), Santos B. (2006), Mattelart (2009), Hall (2003), Castells (2004), Jesús Martín Barbero (2006), Monje (2009).

Na América Latina, durante a primeira década do presente século, as classes, movimentos, grupos, organizações, etnias e demais tribos, fora do conjunto hegemônico da sociedade, aprenderam a trabalhar com a democracia liberal para (em vários aspectos relevantes) colocá-la ao seu serviço e da sociedade no seu conjunto. Pode-se afirmar que na maioria dos países de América do Sul iniciou-se um processo de *alfabetização política*, que enfraqueceu os blocos hegemônicos tradicionais depredadores da natureza, exploradores do trabalho humano dos latino-americanos e subservientes do poder imperial estadunidense. De fato, um conjunto amplo de pessoas no continente, pertencentes às classes populares, vão inserir-se no debate, conhecimento, reflexão, organização e participação política de maneira pensada, compreendendo propostas, programas, ideologias e estratégias. Esse tipo de participação política no passado imediato esteve restrito aos militantes dos partidos e aos membros das classes que hegemonizaram o poder político. Não é que hoje temos *cidadãos políticos maduros e esclarecidos*. Isso não existe ainda, seria distorcer a realidade, porém temos numerosas pessoas que pela primeira vez leram suas *constituições nacionais* e compreenderam sua importância e a necessidade de defendê-las no trabalho e na vida cotidiana. Há pessoas que começaram a distinguir e defender seus *direitos de classe, etnia, gênero, faixa etária, condições biológicas, opções religiosas e diversidade de pensamento*. Aquilo que o “*Ocidente*” industrializado nega, na sua pretensão etnocêntrica e logocêntrica,

¹ Trabalho apresentado ao GT Comunicação e Cidadania do XX Encontro da Compôs na UFRGS, Porto Alegre, 14-17 de junho de 2011.

² PPGCC-UNISINOS; alefma2@yahoo.com.br

na América Latina contemporânea está abrindo brechas de liberdade cidadã complexa (HOBSBAWM, 2011; 2007). Os significados da cidadania política estão mudando, primeiro aprendendo a jogar de melhor forma nos enquadramentos democrático representativos; ao mesmo tempo aprendendo a fazer política em outros modelos, estratégias e alternativas.

A *cidadania comunicativa* na América Latina tem sido negada pelos modelos comerciais burgueses de concentração dos bens, sistemas, instituições, tecnologias e poderes midiáticos. Nos países latino-americanos, com exceção de Cuba, poucas famílias, possuidoras de um alto poder econômico, controlam os grandes meios de comunicação. Esse fato, conhecido pelo conjunto da sociedade, foi *naturalizado* como a forma adequada de estruturação dos sistemas midiáticos nas sociedades ditas *modernas*; as ideologias midiáticas os apresentam como o *modelo de liberdade de comunicação e informação*, oferecendo uma intensa programação cotidiana de *entretenimento mercadológico e informação restrita*, muitas vezes manipulada (MATTELART, 2009).

Nossas pesquisas desde os anos 1980³ têm demonstrado as graves distorções realizadas pelas grandes mídias na América Latina para reduzir, enfraquecer, ocultar, desvalorizar e negar a realidade latino-americana nas suas riquezas (históricas, culturais, cosmológicas, ecológicas, sociológicas, naturais) e nos seus problemas (econômicos, políticos, sociais, comunicativos, etc.). O exercício da cidadania comunicativa na concepção dos “donos da mídia” no Brasil e na América Latina está restrito ao consumo comercial dos seus produtos, em proveito de suas empresas e dos negócios das elites.

Na dimensão investigativa e de produção de conhecimento, vai ser na década de 1960 e nos primeiros anos dos 1970, que no Chile os Mattelart, Dorfmann, Piccini, Garretón e outros

³ MALDONADO, A. Efendy. *Geopolítica de la difusión transnacional/El caso centroamericano*, Quito: FACSO-UCE, 1991.

MALDONADO, A. Efendy. *Transnacionais da televisão latino-americanas as inter-relações Brasil-América Latina apresentadas pela grande mídia televisiva/CNN em espanhol*, Globo, Eco. São Leopoldo/RS: PPGCC-UNISINOS, 2002.

MALDONADO, A. Efendy. *As Estruturações televisuais sobre América Latina apresentadas nas redes Bandeirantes, SBT e Globo/Produtos midiáticos, estratégias e recepção*. São Leopoldo/RS: PPGCC-UNISINOS, 2004.

MALDONADO, A. Efendy. *América Latina midiaticizada: produtos televisivos e recepção/ As configurações da TV Educativa e a Rede Record na construção audiovisual dos latino-americanos e sua realidade sociocultural/As significações fabricadas pelos seus telespectadores sobre a região*. São Leopoldo/RS: PPGCC-UNISINOS, 2006.

constituam um pensamento problematizador da realidade sobre os meios e os processos de comunicação, mostrando a necessidade de construir um poder social e político comunicativo que se confronte e brinde alternativas ao modelo comercial das oligarquias locais. Durante os anos 1970 e inícios dos anos 1980 a UNESCO apoiará um projeto internacional em defesa da Nova Ordem da Informação e da Comunicação (NOMIC), que teve como síntese qualitativa de suas indagações mundiais o *Relatório McBride*. A reação do poder midiático mundial foi tentar destruir a UNESCO, retirar o apoio financeiro à instituição e continuar apoiando aos governos ditatoriais na América Latina. Isso significou que a *cidadania comunicativa* foi negada de maneira violenta, estabelecendo enquadramentos jurídicos e políticos repressivos de censura. Os anos 1990 foram da euforia neo-liberal, época na qual os discursos sobre as supostas benesses do modelo monetarista, e as retóricas sobre os benefícios dos processos de privatização concentraram os fluxos da programação midiática e das políticas governamentais na região.

O conceito de *cidadania* remete a *vida humana em cidades*, e este expressa aquilo que Freud (2010, p.63) concebe como um dos avanços consideráveis da humanidade: “*o primeiro êxito cultural consistiu em que um número grande de pessoas pôde viver em comunidade*”. Essa possibilidade se deu, segundo Freud, pela combinação do *trabalho* (Ananke) organizado em grandes grupos e o *poder do amor* (Eros), invenção humana na que confluem dimensões simbólicas de transcendência/abstração e, simultaneamente, continuidade relacional com os “objetos” sexuais. Nessa mesma orientação compreensiva, Eric Fromm (1988; 1983) dará continuidade à problemática do *amor* como elemento basilar da cultura humana, mostrando que essa energia psíquica se amplia no *amor social*, Nouvel (2001), um tipo de produção cultural que articula comportamentos de *fraternidade, solidariedade, cooperação, colaboração e empatia* na busca de vida gratificante em comum (*Política*, com maiúscula).

O processo de reconstrução do conceito de *cidadania* torna necessária a subversão da noção de *cidadania liberal*, que vai reduzir o conceito aos marcos da vida jurídico política burguesa, moderna, capitalista. Para ampliar e aprofundar a noção de *cidadania* é pertinente enriquecê-la com a inserção da categoria *cultura*, tanto no seu núcleo compreensivo quanto no seu processo constitutivo. A questão é, se viver em comum de modos construtivos, gratificantes, produtivos e solidários remete a *cidadania* (como a pesquisa em ciência sociais, políticas e culturais mostra) (SANTOS B., 2006; CORTINA, 2005) significa que produzimos uma ampliação importante do conceito, que quebra a lógica da eficiência mecanicista do

pensamento liberal. Ele foi importante na fase de superação dos regimes absolutistas teocráticos, porém nas suas limitações filosóficas, políticas e culturais gerou a perversidade do *capitalismo selvagem*; muito ativo na América Latina. Compreende-se que a introdução do *componente cultural* nas problemáticas de *cidadania* permite problematizar processos como as diásporas, as migrações, as miscigenações, as transculturações (BAUMAN, 2005; 2004; HALL, 2003) e as distintas formas e modos de produção comunicativa na dimensão de cidadania.

A realidade latino-americana (múltipla/heterogênea/diversa/plural/comum) é uma amostra paradigmática de *miscigenação* e *mestiçagens* culturais. Nos nossos territórios a matriz universalista européia não conseguiu controlar e cooptar os modos de vida cultural e social de maneira eficiente, em parte pela fraqueza dos estados colonialistas português e espanhol (SANTOS B., 2006, p. 211-255; IANNI, 2000, p. 35-63; 1993, p. 9-39) e, em sentido positivo, pela riqueza e força cultural dos modos de vida ameríndios e afro-americanos. A “bagunça”, o “atraso” e em geral os anacronismos sociais em relação ao modo de vida estadunidense, constituído como paradigma de modernidade no século XX, mostra por uma parte as carências das elites ineficientes, medíocres e ignorantes que nos governaram no séculos XIX e XX e, numa outra face, a existência de formas de vida comunitária que conservam formas colaborativas, tribais, ritualísticas e de *solidariedade* como elementos centrais de sua vida cotidiana e produtiva.

Considera-se instigante, nesta argumentação, convidar vertentes européias que têm questionado o *modo de vida capitalista*. Nessa perspectiva é ilustrativo, por exemplo, Armand Mattelart (1996, p. 189) quando retoma as idéias de Kropotkine (1902)⁴, que assinala: “*existe na natureza uma lei de ajuda recíproca, tão forte como a lei de luta recíproca*”, trabalha-se fundamentos formulados por Darwin (1871) e Kropotkine sobre as bases e antecedentes naturais da noção de *cidadania*; compreende-se assim que, “direitos e deveres cidadãos” não foram construídos simplesmente pela sofisticação dos avanços jurídicos e políticos da *modernidade*; nem pela sofisticação do pensamento romano e grego, claro que eles brindaram arquiteturas intelectuais importantes para pensar a *cidadania* em

⁴ Armand Mattelart, *A invenção da comunicação*, p. 189: “Esta grande figura do anarquismo encontra a sua hipótese em Darwin, não no Darwin de *Struggle for existence* mas no de *The Descent of Man*, publicado em 1871. <<O desejo de ajudar>> escrevera o naturalista “os membros da comunidade de uma maneira geral, mas, mais vulgarmente, o desejo de realizar certos atos definidos produz os animais sociáveis. O homem obedece a este mesmo desejo geral de ajudar os seus semelhantes””.

termos de sociedades nas quais se estrutura hegemonias de elites, de classes dominantes, como no caso das sociedades sob modelos democrático burgueses; contudo, essas concepções de *cidadania* mostraram-se insuficientes e redutoras da problemática (FOUCAULT, 1991, p. 146-159). Nos tempos atuais é necessário avançar nessa problematização teórico/empírica como o têm feito Cortina (2005), Santos B. (2006), Mattelart (2009, p. 35-64), Monje (2009), Pereira (2010). *Cidadania* ampliou-se para problemáticas de criação de modos de vida social humanos que expressam a vida contemporânea e, também, orientam para *novos mundos possíveis* de estruturação social, cultural, política e comunicativa.

2. A necessidade de campos científicos imersos nos processos sociais de transformação: construindo a *cidadania científica*

A ciência não é só discurso, códigos, linguagens, normas, leis, fórmulas, experimentos e argumentos (MILLS, C.W, 1995, p. 23-145). Tudo isso adquire sentido epistemológico, sociológico, histórico e político relevante quando configura instituições ao serviço das sociedades. Por conseguinte, pensar ciência em termos epistemológicos fortes e estratégicos é inseri-la no processo de realização sociocultural geral, que tem significativos componentes éticos na sua constituição (SANTOS B. 2005, p. 339-372). Na vida social ela se estrutura em instituições especializadas (Fundações, Centros, Grupos, Programas, Institutos, Universidades, Ministérios, etc.) (WALLERSTEIN, 1996, p.55-101). Esses modos de organização têm as marcas dos modelos de sociedade (*formações sociais*) nos quais foram instituídos. Na contemporaneidade são as sociedades de classe que legitimam minúsculos grupos de poder (no caso do Brasil o topo da pirâmide social não chega a 1% ao interior da própria “classe A”, o topo do topo, a grande burguesia) como os beneficiários de boa parte da riqueza econômica dos países. Nesses tipos de sociedades (entre as quais estão as nossas) as instituições científicas estão atravessadas, condicionadas, limitadas e deslocadas pelos interesses, as concepções e os poderes da classe hegemônica em associação com o grande capital transnacional.

O campo científico brasileiro, que é o mais desenvolvido da América Latina, apresenta uma dinâmica de avanços expressivos nas duas últimas décadas⁵; não obstante e, em parte

⁵ O Brasil situou-se na 13ª posição em ciência no mundo, de acordo com o Relatório sobre a Ciência 2010 da UNESCO. Não obstante as burocracias que impedem uma explosão de conhecimento e a fraca participação das

também, porque está sob a hegemonia do pensamento positivista, que considera a superioridade hierárquica das “ciências físicas, biológicas e naturais” como um componente central das suas estratégias, planos e programas. Os discursos positivistas nas diversas áreas, louvando a “produtividade” a “competitividade”, em geral dos medíocres, é um comportamento reiterado. Os critérios de valoração sobre o que é relevante, qualificado, importante e “de ponta” seguem uma linha neocolonial de subserviência ao modelo positivista estadunidense e as suas filiais européias.

Não obstante a existência dessas características predominantes, a realidade brasileira e mundial caracteriza-se por mudanças, reconfigurações e o aparecimento de demandas culturais, educativas, econômicas e políticas que confrontam o modelo hegemônico. São importantes nesse sentido os campos socioeducativos e sociocomunicativos que se configuraram nas últimas décadas para lidar, compreender, organizar, pensar e investigar esses processos; paradoxalmente, o próprio sistema precisa apoiar a pesquisa em ciências sociais e humanas, que gere conhecimento e proponha planos e programas de ação cidadã nessas áreas. Essa pressão, por uma parte favorece a setores científicos que não estão sob a égide do modelo positivista, produtivista; e por outra, permite a entrada nos campos educativos e científicos de jovens pertencentes às classes subalternas, introduzindo culturas de desestabilização aos modos de vida *tecnoburocráticos* das elites conservadoras nos campos acadêmicos.

Cidadania também é uma problemática imprescindível no campo científico, lembre-se que a grande maioria de quem vive nesse campo é de trabalhadores intelectuais e técnicos; artesãos da investigação na busca permanente da criação artística. Sujeitas e sujeitos de direito social. A idéia anacrônica de pesquisadoras/pesquisadores como entes “superiores”, privilegiados pela sociedade, deve ser desmontada na dimensão teórica e ideológica. Com efeito, vai sendo desestruturada pela vida social que dinamiza o fluxo de cada vez mais pessoas de outras culturas (populares, étnicas, regionais, subterrâneas, marginalizadas, etc.) nos campos acadêmicos e científicos. As instituições sociais que trabalham com ciência têm normas, leis, códigos, regulamentos que beneficiam e/ou excluem a pessoas e grupos do seu campo de atuação; definido-se, portanto, como campos de criação, luta, conflito e poder. As militâncias

grandes empresas privadas em investimento em educação e pesquisa, o país alcançou uma posição de destaque graças aos significativos investimentos do governo federal em C&T.

sociais no campo científico, o exercício da cidadania nesses mundos sociais são imprescindíveis para terminar com a *naturalização ideológica* que separou a ciência do mundo social das contradições, cooperações, conflitos, deveres e direitos, estabelecendo um modelo de privilégios que reproduz a matriz social geral.

A *cidadania científica* como o direito de investigar, experimentar, criar, projetar, planejar, programar e produzir conhecimento deve ser nutrida por concepções e projetos que apresentem possibilidades de novas configurações educativas, acadêmicas, investigativas e políticas. É paradoxal constatar que as comunidades científicas sejam mais herméticas, autoritárias, patriarcais e anacrônicas, na dimensão cidadã, que outras áreas sociais.

Nesta visualização epistemológica podem-se apontar, como ponto de partida, os seguintes elementos constituintes do conceito de *cidadania científica*:

- 1) o direito a ter acesso aos saberes e competências para trabalhar com eles;
- 2) o direito a explorar e experimentar tanto na dimensão teórica quanto na empírica de maneira responsável, comprometida e ao serviço das sociedades e da natureza;
- 3) o direito a produzir conhecimento sem restrições e censuras dos poderes burocráticos; e, simultaneamente de modo rigoroso, sistemático, frutífero, inventivo, ético e renovador;
- 4) o direito a estabelecer formas colaborativas, grupais, coletivas e socializantes de conhecimento, mediante redes, projetos, programas, estratégias de cooperação transfronteiras e locais;
- 5) o direito a participar das decisões e opções estratégicas no campo científico, mediante a disponibilidade de informação estratégica e subsídios de informação em bancos e fontes de dados complexos;
- 6) o direito a subverter os poderes constituídos quando estes atentam contra a vida científica saudável, gratificantes e progressiva;
- 7) o direito a organizar-se em grupos, núcleos, cooperativas, fundações, vertentes e outros modos de produção que renovem a burocratização associativa das elites intelectuais e profissionais na ciência;
- 8) o direito à crítica sistemática dos poderes hegemônicos no campo tecnocientífico internacional e sua ação devastadora contra as sociedades, as culturas e a natureza;
- 9) o direito aos recursos econômicos de apoio a pesquisa, sem restrições nem censuras burocráticas e de politicagem acadêmica;

- 10) o direito a liberdade intelectual, criativa, ecológica e em bem da humanidade;
- 11) o direito a trabalhar em ciência, garantindo processos de produção de excelência;
- 12) o direito a condições de produção científica de qualidade, tanto físicas (laboratórios, instalações, instrumentos, máquinas, infra-estrutura, gabinetes), quanto psíquicas (ambientes de produção saudáveis, distantes das lógicas do medo, a repressão, a censura e o controle destruidor);
- 13) o direito a comunicar, informar e compartilhar os saberes, mediante sistemas de circulação editorial eficientes e democráticos;
- 14) o direito a amar a ciência.

A *cidadania científica*, não obstante, não está configurada só de direitos ela é uma práxis humana; um exercício de criação; um jogo de experimentos mentais; uma produção artesanal, técnica e artística; um conjunto de culturas inventivas; uma realidade social de vida cooperativa em que os agentes pesquisadores, técnicos, intelectuais e cientistas entram em relações produtivas para benefício comum, do grupo, da equipe, do coletivo e da sociedade que a apóia.

A dimensão política da *cidadania científica* se estrutura nos seus poderes de transformação do mundo e das sociedades, como também nas estratégias sociais especializadas que trabalham na produção de conhecimento. A política como campo de forças em conflito pela construção de *modos de vida* se expressa na ciência de maneira intensiva, tanto nas tentativas mercantilistas de controle dos conhecimentos, quanto nas novas culturas colaborativas que a revolução digital tem possibilitado. A velha política autoritária, vertical, excludente dos caciques não está fora, se expressa com força no campo científico e gera culturas conservadoras que obstaculizam os progressos. O exercício de uma *cidadania científica* é imprescindível para transformar as estruturas, instituições e culturas científicas em espaços de liberdade renovadora do mundo.

No Brasil ainda temos boa parte da produção científica, dos grupos de pesquisa, das instituições encarregadas de produzir conhecimento, distantes dos processos sociais relevantes; das necessidades econômicas das grandes maiorias e do agir cidadão pela construção de uma sociedade justa, solidária, produtiva e livre em todas as dimensões. O exercício da *cidadania científica* impõe o desafio da imersão no mundo da vida social, contribuindo para seu aperfeiçoamento e transformação; como muito bem o têm feito os pesquisadores, pensadores e grupos comprometidos autenticamente com o país.

Entre as várias cidadanias possíveis de se viver, construir e exercer, a *cidadania científica* é estratégica para a revolução sociocultural que a *formação social brasileira* necessita. Sem um *campo científico democrático*, nutrido pela presença de milhões de cidadãos que o questionem, apoiem e constituam não será possível estruturar uma sociedade de futuro, que termine com a miséria, a pobreza, o analfabetismo funcional, a exploração do trabalho, o neocolonialismo intelectual, a exclusão social e os demais componentes de atraso, injustiça, exploração e dominação.

Os grupos, núcleos, equipes e cientistas precisam definir estratégias de participação cidadã que vinculem seus projetos aos processos (macro e micro) sociais; trabalhando pesquisas rigorosas, sistemáticas, transcendentais, especializadas e produtivas em sintonia com o mundo da vida social de todas classes, em especial as injustiçadas. A *cidadania científica* expressa essa necessária sintonia construtiva do campo científico com os outros campos sociais, inserindo as e os cientistas nos projetos estratégicos de construção de um país avançado social, educativa, cultural, ecológica, política e cientificamente.

3. O desafio epistemológico de revolucionar a ciência positivista

A epistemologia concebida como pensamento profundo, estratégico, geral, de análise, avaliação, estruturação, concepção e reformulação do campo científico é um recurso de *cidadania científica* inapreciável. De fato, a hegemonia do sistema e modelo científico positivista na ciência internacional e brasileira tem como um dos componentes basilares a concepção que define ao pensamento dominante (estadunidense e eurocêntrico) como o único de caráter científico; o logocentrismo se apóia na fortaleza das instituições e sistemas que foram construídos durante cinco séculos nas sociedades francesa, britânica, alemã, italiana e estadunidense (WALLERSTEIN, 1996).

Pesamos em confluência com Norris (2007, p. 31-94) que a *Epistemologia* também deve ser compreendida e exercida como um recurso humano de trabalho social *real, cotidiano, concreto, útil e prático* em todos os campos do conhecimento, situando-se no empírico-concreto, nos desafios históricos das sociedades, no esclarecimento das problemáticas basilares dos povos, na reflexão crítica dos modelos excludentes e exploradores e, principalmente, no desenho de projetos de transformação. No campo das ciências da comunicação, dada sua especificidade, na *práxis* de desmontagem dos modelos e sistemas

oligárquicos (WALLERSTEIN, 2006; CHOMSKY, 2004; HOBBSAWM, 2007; SANTOS B., 2005) e na investigação de lógicas de produção, circulação e reconhecimento de novo tipo. Experimentar com o pensamento, buscando as fontes, as vertentes, as matrizes, os enquadramentos, as causalidades, as coerências, os paradoxos, os fluxos, as arquiteturas e os interesses políticos, econômicos e sociais é estratégico para o trabalho de investigação científica, se pensado numa perspectiva de exercício cidadão para o trabalho investigativo.

A estruturação da *cidadania científica* no campo da comunicação demanda um agir epistemológico de recuperação das continuidades valiosas para uma vida plena, mediante a produção de *traduções hipertextuais*, que vinculem os processos comunicativos sociais comuns com os conhecimentos transcendentais que a investigação científica, em especial a comunicativa, trabalha. As revoluções educativas, culturais e científicas requerem da instauração de processos, dimensões e situações de confluência entre os saberes ancestrais, populares, étnicos, regionais e os saberes científicos, só assim conseguiremos enriquecer de sabedorias à ciência e, simultaneamente, nutrir de conhecimentos as novas gerações de cidadãs e cidadãos.

É mediante um processo sistemático de reconhecimento do papel estratégico, crucial, do fazer científico na *construção de cidadanias*, que componentes importantes da mudança sociocultural, política e econômica serão constituídos. A lógica dialética orienta para a necessidade de confluências múltiplas e plurais entre o agir e o refletir; entre o lutar e o conceber; entre o fabricar e reformular. A filosofia durante séculos tem refletido sobre a importância da inter-relação entre *teoria* e *prática* Gortari (1956); a ciência positivista conseguiu articular conhecimentos e processos de produção industriais de modo eficiente e fascinante, multiplicando as possibilidades de circulação, fluxo e interconexão de maneira mundializada. Hoje com as nanotecnologias abre-se espaço para a reestruturação da espécie humana, tornando-a um híbrido de sistemas biológicos e sistemas eletrônicos..

Numa perspectiva *multilética* ⁶(dialéticas múltiplas em cooperação) pensamos que é necessário romper epistemologicamente com o positivismo (MALDONADO, 2009b) que, se

⁶ *Multilética*, na minha concepção, refere-se à compreensão dos processos, fenômenos e *práxis* de inter-relacionamentos dialéticos múltiplos, que expressam a densidade e riqueza do *concreto* em *movimento*. As contradições, conflitos, nexos e inter-relações, nesta perspectiva, não têm formatos nem dicotômicos, nem triádicos, nem finitos. As possibilidades são múltiplas na fenomenologia dos problemas e objetos, simples/complexos, e nas mentalidades mais esclarecidas; os arranjos, dinâmicas, fluxos, configurações, estruturas e expressões qualitativas (que marcam distinção transformadora) realizam-se em confluências e exclusões de caráter inventivo, diverso, intenso (poético/ético denso) e amplo.

bem conseguiu convergências entre pensamento e realidade eficientes nos seus modelos institucionais de organização da ciência; ao mesmo tempo, gerou a negação sistemática e profunda de outras epistemologias, lógicas e modelos de produção de conhecimento; orientando-se para uma atividade produtiva profundamente condicionada pelos interesses do *lucro pelo lucro maximizado (fundamentalismo de mercado)*.

O exercício da *cidadania científica* neste século se impõe como uma necessidade básica, dado que, se continuar o atual modelo depredador da natureza, da vida e das pessoas a crise na biosfera e nas sociedades será aniquiladora. “*Seres humanos do mundo uni-vos*” é a consigna que no século XXI sintetiza a situação geral de saturação do *modelo capitalista* na Terra. Neste século a luta pelas transformações (SANTOS, B. 2008) mediante a configuração de *comunidades de conhecimento* não pode estar restrita a *grupos de cientistas* separados dos grandes desafios de mudança (MALDONADO, 2010). Eles têm um papel central na estruturação de verdadeiras *sociedades de conhecimento*, que não estejam limitadas as elites intelectuais e que permitam uma crítica inventiva profunda da vida socioeconômica contemporânea (*epistemologia viva*).

Em termos de epistemologias de *Nossa América* é importante conceber o exercício cidadão, epistemológico, como uma *prática emancipatória* (JAPIASSÚ, 1981) orientadora do conjunto de práticas sociais pela justiça, a liberdade e a fraternidade. Nessa orientação, o mundo não pode ser simplesmente vivido como um fluxo de atividades sem reflexão, precisa ser *vivido e refletido*, contando com subsídios de informação e conhecimento que permitam *optar, gerir, propor, pensar, iluminar e inventar* cotidianos e mundos transformadores. As tensões socioeconômicas e culturais, mediante esse exercício cidadão, podem ser orientadas para novas estruturas, arranjos e proposições construtivas.

A *epistemologia* definida como a “*teoria crítica dos princípios, dos métodos e das conclusões das diversas ciências*” torna-se insuficiente, já com Bachelard (1973) aprendemos que ela inclui o trabalho de esclarecimento, reflexão, prática investigativa e problematização constante em todos os níveis, não só no teórico. A dimensão epistemológica precisa atravessar todas as dimensões do conhecimento (teóricas, metodológicas e técnicas). Ela se expressa em várias dimensões como epistemologia plural (histórica, sociológica, psicológica, genética, antropológica, comunicológica, etc.). Articula-se como *metaciência, teoria do conhecimento, história das ciências, lógica da descoberta e metodologia*. Fazendo tudo isso,

não deve estar longe da prática cidadã, pelo contrário, deve inserir todas essas vertentes no exercício da *cidadania científica*.

A heterogeneidade epistemológica precisa de uma perspectiva *realista* que confronte o *positivismo* com o real concreto vivido, multicultural, diverso, contraditório e dinâmico. Necessitamos que os cientistas, pesquisadores, pensadores, estudantes se perguntem sobre: *o que estão fazendo?; como estão fazendo?; para que e onde estão fazendo?* Se as ciências estão num contínuo processo de estruturação, então, nossa inserção cidadã na sua reconfiguração pode ser relevante e definidora de *mundos melhores*.

A necessária ruptura com a epistemologia hegemônica positivista requer um exercício intenso de *cidadania científica*, que aproveite os ensinamentos produzidos pelas diversas trajetórias gnosiológicas da humanidade e aceite o desafio da produção de conhecimento vivo, liberador, crítico, inventivo, justo, colaborativo, comprometido com a vida e a transformação.

4. Visualizações metodológicas para a sustentação de estratégias de mudança

A *cidadania científica*, no seu exercício de emancipação intelectual a respeito dos referentes logocêntricos, precisa trabalhar no sentido de definir políticas científicas comprometidas com o Brasil e América Latina (MALDONADO, 2010b) . É importante reencontrar os talentos criativos das culturas e da cidadania em proveito comum, trabalhando heterotopias e utopias metacientíficas que fundamentem e dêem sustentação filosófica às pesquisas.

Os trabalhadores intelectuais (cientistas, pesquisadores, pensadores, técnicos, estudantes) inseridos numa práxis de cidadania científica necessitam indagar, conhecer, compreender e traduzir as demandas das forças socioculturais gerais para o campo da ciência. Em termos de Furtado (2002) “conciliar o gênio cultural com a apropriação de técnicas operacionais”, definindo “políticas culturais que liberem as forças criativas da sociedade”. Isto é, defender a liberdade de invenção como exercício de cidadania científica permanente. Porém, não é possível fazer isso sem marcar distância das lógicas da *mediocridade*, do *controle*, do *lucro acumulativo* e da *competitividade* superficial, quantitativa e sem perspectiva de futuro. Mudar de rumos na ciência requer de um exercício filosófico (cidadão) para repensar as trajetórias, as histórias, as dimensões, na sua particularidade e riqueza; em síntese, precisa de uma postura libertária.

Entre as novas figuras da cidadania, a *científica* apresenta-se crucial para a mudança, dado que suas possibilidades de participação, intervenção e poder de decisão são imensas. Seu lugar no conjunto social é chave para desestabilizar os conservadorismos e, investigativamente, propor novas alternativas de processos, concepções e modos de vida social.

Na prática de *cidadania científica* a revolução tecnológica digital torna possível trabalhar com alternativas de *mapas mentais* (dado que, sua experimentação é econômica e fatível). Por outro lado, facilita a confluência de várias linguagens para pensar um mesmo problema (hipertextos) e facilitam o desenho de estratégias políticas comunicativas alternativas. Esse novo *ecossistema comunicativo* em diálogo com Martín Barbero (2006; 2008) colabora na desmontagem das lógicas lineares, estabelecendo uma nova configuração sociotécnica e uma nova *episteme qualitativa*.

A *cidadania científica comunicativa*, na sua confrontação (e aprendizado) com cultura positivista, necessita de uma concepção epistêmica *transmetodológica* que a permita desenvolver culturas de *experimentação heurística, conhecimento, informação e transformação*. É importante combinar a pesquisa dos sistemas midiáticos de comunicação de “massas”, na sua fase de maior expansão e, ao mesmo tempo, de desestabilização estratégica pela emergência de novos conjuntos de configurações midiáticas na dimensão digital, com a investigação de sistemas e processos emergentes de caráter multimídia, sem descuidar os processos comunicativos históricos, relevantes em amplos contextos latino-americanos. Essa práxis orienta para uma problematização constante dos níveis, hierarquias, estruturas, modelos, estratégias e culturas de fazer científico. O processo de produção de conhecimento sistemático, organizado, rigoroso, inventivo sobre os processos comunicativos e midiáticos (se feito de maneira comprometida, ética e aprofundada) leva às equipes, grupos e cientistas ao questionamento do seu trabalho intelectual, tanto no plano científico quanto no sociocultural (*cidadania científica*). Uma época de intensas mudanças nos modos, sistemas e culturas de comunicação e informação, pressiona aos espíritos livres, críticos e inventivos para produzir novas problemáticas e configurações de agir social. Nesse *operar de cidadania* é imprescindível trabalhar para mudar as instituições científicas nos seus formatos burocráticos, administrativos, orientados para benefício de uns poucos. É urgente pesquisar e trabalhar com os recursos que brinda a nova realidade comunicativa, digital, para colocá-la ao

serviço da experimentação, do conhecimento, da formulação de planos, programas e políticas científicas críticas, construtivas e renovadoras.

A vertente *transmetodológica*, em diálogo com Marx (1977, p. 228-237), propõe uma *cidadania científica* que se eleve do “*abstrato ao concreto*”, estabelecendo relações com a riqueza *multidimensional* do *concreto*, na sua diversidade de formas e causalidades. É necessário aprender e ensinar a *visualizar metodicamente* os processos, as realidades problematizadas, nas suas diacronias e sincronias; nos seus movimentos (fluxos), nas suas configurações e mudanças, nos seus nexos e vínculos; lembrando que, *o concreto* é para o pensamento “*um processo de síntese*”, um resultado. Na *cidadania científica* o concreto não é uma evidência simples, não está dado mediante uma relação direta casual, improvisada, anedótica. *O concreto* é alcançado mediante a investigação comprometida, sistemática e criativa. Na dialética paradoxal é, e não é, ponto de partida do conhecimento. Ele é considerado como *objeto de referência*; porém, não é, sob o aspecto de apresentar-se como estruturado diretamente no pensamento. Em termos de *cidadania* o trabalho científico cidadão é exigido por necessidades de *ruptura* como as formas aristocráticas, coronelistas, autoritárias, burocráticas, neocoloniais e subservientes ao grande capital. Na atividade de *cidadania científica* é instigante, subversor e renovador permitir a entrada de outras sabedorias, métodos, culturas e costumes de produção de conhecimento no campo científico, quebrando os formatos estadunidenses.

A *perspectiva transmetodológica* propõe incluir a pesquisa como eixo central de todo aprendizado, organizando *experimentos mentais* (por econômicos que sejam), laboratórios, experimentos produtivos, projetos produtivos da formação em pesquisa desde os primeiros momentos da prática educativa. Isso, que as experiências educativas renovadoras têm buscado em diferentes vertentes, possibilita dotar aos seres humanos de competências metodológicas e de liberdade intelectual (*cidadania*) que a complexidade do mundo demanda (MALDONADO, 2009b).

Para finalizar esta argumentação, concebemos o *exercício da cidadania científica* como um agir que frui a *complexidade metodológica* mediante a construção de desenhos lógicos que permitam a *confluência* e o *atravessamento* de vários métodos, na formulação e realização de investigações; incluindo nessas arquiteturas métodos de origens epistemológicos e culturais diversos, convidados pela sua pertinência para aprofundar, ampliar e tencionar as

problemáticas. Se a condição de *cidadania* têm como premissa a vida em sociedades, que brindam direitos e demandam compromissos socioculturais; então, o direito a produzir conhecimento de modo livre, ético, comprometido e organizado precisa ser colocado num lugar estratégico dos direitos cidadãos.

REFERÊNCIAS

- BACHELARD, Gastón. **A epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 1973, 223p.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas: la modernidad y sus parias**. Barcelona: Paidós, 2005, 171p.
- . *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004, 190p.
- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.C.; PASSERON, J.C.. **El oficio de sociólogo/Presupuestos epistemológicos**. 5ª ed. Madrid: Siglo XXI, 2003, 372p.
- CASTELLS, Manuel. **A galáxia internet/Reflexões sobre internet, negócios e sociedade**. Lisboa: Gulbenkian, 2004, 325p.
- CHOMSKY, Noam. **O império Americano: hegemonia ou sobrevivência**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, 293p.
- CORTINA, Adela. “*Para uma teoria da cidadania*”; “*Cidadania Intercultural. Miséria do etnocentrismo*”, in A. Cortina, **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania**. São Paulo: Loyola, 2005, p.17-30 e p. 139-169.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 9ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1981, 280p.
- FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, 492p.
- FROMM, Erich. **A arte de amar**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988, 159p.
- . **O medo à liberdade**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, 235p.
- FURTADO, Celso. **A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos**. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 494p.
- . “*Que futuro nos aguarda?*”; “*O centenário de Raúl Prebisch*”, in Celso Furtado, **Em busca de novo modelo/Reflexões sobre a crise contemporânea**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 27-43 e p 83-94.
- GORTARI, Eli. **Introdução à lógica dialética**. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1956, 291p.
- HALL, Stuart. “*A questão multicultural*” e “*Quando foi o pós-colonial*”, in S. Hall, **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte/Brasília: Editora UFMG/UNESCO, 2003, p. 51-128.

- HOBBSAWM, Erick; HUNT, Tristram. “*Eric Hobsbawm: uma conversa sobre Marx, revoltas estudantis e a nova esquerda*”, in **revista IHU OnLine**, 31-1-2011.
- . **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, 182p.
- IANNI, Octavio. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, 319p.
- . **O labirinto latino-americano**. Petrópolis: Vozes, 1993. 142p.
- JAPIASSU, Hilton. **Questões epistemológicas**. Rio de Janeiro: Imago, 1981, 173p.
- MALDONADO, A. Efendy. “*La investigación de la comunicación en América Latina y las estrategias transmetodológicas*”. In: Pereira, A.; Maldonado, A. E. (org.), **Investigación en comunicación en América Latina**. Quito: Red AMLAT-FACSO-UCE, 2010, p.19-38.
- . “*Transformação tecnocultural, cidadania e confluências metodológicas*”. In: Barbalho, A.; Fuser, B.; Cogo, D. (org.), **Comunicação para a cidadania: temas e aportes teórico-metodológicos**, São Paulo: Intercom, 2010b, p. 67-84.
- . **Transmetodología de la investigación teórica en comunicación/Análisis de la vertiente Verón en América Latina**. Quito: CIESPAL, 2009, 366p.
- . “*La perspectiva transmetodológica en la conyuntura de cambios civilizatorios a inicios del siglo XXI*”. In: Padilla, A.; Maldonado, A.E., **Metodologías transformadoras/Tejiendo la Red en Comunicación, Educación, Ciudadanía e Integración en América Latina**, Caracas: Red AMLAT-UNESR-CEPAP, 2009b, 290p.
- MARTÍN BARBERO, Jesús. *Comunicación y culturas en América Latina*. Barcelona: Anthropos, revista **Anthropos/Huellas del conocimiento**, Nº 219.
- . “*Tecnicidades, identidades, alteridades:mudanças e opacidades da comunicação no novo século*”. In: MORAES, Denis de (org.). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p.51-79.
- MARX, Karl. « *O método na Economia Política* », in K.Marx, **Contribuição à crítica da Economia Política**. 5a ed. Lisboa : Estampa, 1977, p. 228-237.
- MATTELART, Armand. **Un mundo vigilado**. Barcelona: Paidós, 2009, 284p.
- . **A invenção da comunicação**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996, 422p.
- MILLS, Ch. W . **La imaginación sociológica**. Santiago: Fondo de Cultura Económica, 1995, 237p.
- MONJE, Daniela, et. al.. “*Ciudadanía comunicativa: aproximaciones conceptuales y aportes metodológicos*”. In: Padilla, A.; Maldonado, A.E. (org.), **Metodologías transformadoras (...)**, Caracas, Red AMLAT-UNESR-CEPAP, P., 2009, 179-199.
- NORRIS, Christopher. **Epistemologia, conceitos-chave em filosofia**. Porto Alegre: Artmed, 2007, p. 3-58.
- NOUVEL, Pascal. **A arte de amar a ciência/Psicologia do espírito científico**. São Leopoldo: UNISINOS, 2001, 194p.
- PEREIRA, Carmem Rejane. “*Identidades culturais e cidadania no contexto dos processos comunicacionais Kaigang na região metropolitana de Porto Alegre*”. In: Barbalho, A.;

Fuser, B.; Cogo, D. (org.) **Comunicação para a cidadania: Temas e aportes teórico-metodológicos**, São Paulo, Intercoma, 2010, 333p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **La universidad em el siglo XXI/Para uma reforma democrática y emancipadora de la universidad**. Caracas: Centro Internacional Miranda, 2008, 136p.

----- . Capítulo 6: “*Nuestra América: reinventar um paradigma subalterno de reconhecimento e redistribuição*” e Capítulo 7: “*Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade*”, in **A gramática do tempo/para uma nova cultura política**, Volume 4. Porto: Edições Afrontamento, 2006, 180-209 e 211-255.

----- . **El milenio huérfano/Ensayos sobre una nueva cultura política**. Madrid: Trota, 2005, 374p.

WALLERSTEIN, Immanuel. **La decadencia del poder estadounidense**. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2006, 192p.

----- et. al. **Para abrir as ciências sociais**. São Paulo: Cortez Editora, 1996, p. 13- 148.